

Plenário vota amanhã efeito vinculante e debate Previdência

*Substitutivo de Beni Veras vai ficar em discussão durante cinco dias úteis e poderá voltar à CCJ.
Proposta de emenda constitucional de Ronaldo Cunha Lima será votada em segundo turno*



Proposta de Beni Veras para a Previdência chega ao plenário



Ronaldo Cunha Lima propôs efeito vinculante para desafogar a Justiça

O plenário do Senado começa a discutir amanhã a reforma da Previdência, com base no substitutivo apresentado pelo senador Beni Veras e que já obteve aprovação na CCJ. A proposta ficará em discussão por cinco dias úteis, sendo depois remetida novamente à CCJ caso sejam apresentadas emendas em plenário. Também amanhã, o plenário deve votar, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que amplia o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal para os demais tribunais e órgãos da administração direta e indireta da União, estados e municípios. Se aprovada, a emenda, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima, irá à apreciação da Câmara dos Deputados. **Página 3**

Senadores contra a "guerra fiscal"

A "guerra fiscal" entre os estados para atrair montadoras de veículos que pretendem se instalar no país foi tema de debate no plenário a partir de pronunciamento do senador João Rocha, para quem estes recursos estão sendo concentrados nas regiões mais ricas.

Ramez Tebet cobrou um planejamento nacional de desenvolvimento, enquanto Jefferson Péres considerou "extremamente preocupante" a situação. Lauro Campos disse temer que o país esteja atraindo indústrias falidas e José Alves apontou prejuízos à economia. **Página 5**

Urgência para a lei eleitoral

PÁGINA 7



Bernardo Cabral defende a proteção dos mananciais

Cabral quer regulamentar uso da água

A necessidade urgente de se regulamentar o uso da água foi defendida pelo senador Bernardo Cabral. Ele alertou que estados e municípios têm pulverizado recursos arrecadados a título de compensação financeira pelo resultado da exploração de recursos hídricos, sem aplicá-los no setor ou em educação ambiental. **Página 6**

CAE apreciará rolagens de dívidas de estados

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), reúne-se amanhã, às 17h, para apreciar ofícios com solicitações dos governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul para que possam emitir Letras Financeiras do Tesouro dos respectivos estados, cujos recursos serão destinados ao giro de suas dívidas mobiliárias vencíveis no 2º semestre de 1997.

Apreciará, também, mensagem do governo solicitando do Senado Federal autorização para operação financeira visando ao reescalonamento de créditos brasileiros junto à Re-

pública do Suriname.

A CAE analisará, ainda, emenda de plenário de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC) oferecida ao projeto de resolução que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o governo daquele estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Proposta tem o objetivo de disciplinar e racionalizar o uso dos recursos naturais da região para melhorar qualidade de vida

Projeto de Campos sobre Pantanal vai à Câmara

O Senado enviou sexta-feira à Câmara dos Deputados projeto de lei do senador Júlio Campos (PFL-MT) instituindo o Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense, que tem o objetivo de disciplinar e racionalizar o uso de recursos naturais da região, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população local e à proteção dos ecossistemas. A proposição recebeu aprovação terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, decorrido o prazo regimental, não foi apresentado recurso para exame da matéria pelo



Campos: concepção moderna

plenário.

Pelo projeto, o plano deverá definir o zoneamento ecológico-econômico do Pantanal, desenvolver ações integradas entre os órgãos federais, estaduais e municipais que atuam na região, implantar programas de controle do manejo dos recursos naturais e implantar mecanismos de participação às comunidades durante a elaboração dos programas efetua-

do na região.

pos prevê a criação de uma comissão composta por representantes do Poder Executivo, dos governos estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, das prefeituras dos municípios do Pantanal, da comunidade científica, de organizações não-governamentais e de empresas privadas para elaborar e garantir a implementação do plano de gerenciamento.

No projeto, está contemplada a concepção mais moderna de proteção ambiental, segundo a qual a procura da manutenção do equilíbrio ecológico é indissociável do desenvolvimento social e econômico. Mais do que ser um constrangimento ao processo material, o componente ambiental lhe dá consistência, perspectiva de longo prazo e concretiza-o como direito democrático de toda a sociedade - afirmou Júlio Campos.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

14h30 - Preside Sessão Não Deliberativa do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

Terça-feira (12.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

O tempo da Hora do Expediente será destinado a homenagear o Dia das Artes.

Ordem do Dia Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante, primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição, e "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de previdência social, instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quarta-feira (13.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 19/96; da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), da "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96); e discussão em turno único do "PLS nº 157/96-Complementar, que veda a contratação por entes públicos dos serviços que menciona.

Quinta-feira (14.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 19/96, da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), e da "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96).

Sexta-feira (15.08.97)

9h - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 19/96, da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), e da "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96).

COMISSÕES

Terça-feira (12.08.97)

17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação do "Ofício "S" nº 45/97 (não terminativo), solicitação do governo do estado de Minas Gerais, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais - LFTMG, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 97; "Ofício "S" nº 58/97 (não terminativo), solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do estado, vencível no 2º semestre de 97; "Mensagem nº 120/97 (não terminativo), que solicita ao Senado Federal seja autorizada operação financeira que visa ao reescalonamento de créditos brasileiros junto à República do Suriname, na forma do acordo assinado em 10 de janeiro de 1996, e "Emenda nº 1 de Plenário oferecida ao Projeto de Resolução nº 86/97 (não terminativo), que autoriza o estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o governo do estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (14.08.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação do "Ofício "S" nº 53/97 (não terminativo), que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFRS, cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária das 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais; "PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; "PLS nº 46/96-Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; "PLS nº 122/96 (terminativo), que dispõe sobre a compensação do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso, com impostos federais; "PLS nº 313/95 (terminativo), que regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro; e "PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Lutz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essuy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Durante toda a semana os senadores analisarão o substitutivo de Beni Veras à reforma previdenciária, podendo apresentar emendas em plenário, caso em que o texto voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Plenário começa amanhã a discutir Previdência

Efeito vinculante também está na Ordem do Dia

O plenário do Senado deve votar também amanhã, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que estabelece o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal para os demais tribunais e órgãos da administração direta e indireta da União, estados e municípios.

A ampliação do efeito vinculante é uma proposta do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e recebeu parecer favorável, com algumas mudanças, do senador Jefferson Pères (PSDB-AM), relator na CCJ. Pela proposta, por maioria de dois terços, os ministros do STF poderão decidir efeito vinculante nas suas decisões de mérito, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo.

O maior objetivo da mudança, conforme Ronaldo Cunha Lima, é desafogar a Justiça. Ele lembra que cerca de 60% dos processos que abarrotam o Judiciário são ações previdenciárias e tributárias, as quais poderão ter efeito vinculante, caso o STF o decida.



Jefferson Pères incorporou algumas mudanças ao texto original, na CCJ

Emenda da isenção fiscal entra na pauta

Em outra matéria na pauta de amanhã, o plenário começa a discutir emenda constitucional do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que dá poderes ao Senado para definir as condições em que os estados e o Distrito Federal poderão conceder isenção fiscal para quaisquer empresas.

Waldeck afirma em sua justificativa que hoje tais isenções têm de ser aprovadas, por unanimidade, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), um órgão do Executivo no qual cada secretário de Fazenda estadual tem um voto. Por causa dessa unanimidade, conforme Waldeck Ornelas, os esta-



Waldeck: novas regras dos ricos vetam as tentativas dos estados pobres para conceder vantagens destinadas a atrair indústrias e, com isso, reduzir os desequilíbrios regionais.
■ Leia mais sobre o assunto na página 5

O plenário do Senado começa amanhã a discutir a proposta de emenda constitucional que faz mudanças na Previdência Social. A emenda, com substitutivo apresentado pelo senador Beni Veras (PSDB-CE) e já aprovado pela CCJ, ficará em discussão durante cinco dias úteis, sendo remetida depois novamente à CCJ caso sejam apresentadas emendas em plenário.

Oficialmente, a comissão tem até 30 dias para votar o parecer do relator sobre as emendas de plenário. Requerimento aprovado pelo plenário, no entanto, permite que o parecer sobre as emendas possa ser apresentado diretamente ao plenário, antes da votação em primeiro turno. Por se tratar de mudança na Constituição, haverá uma votação em segundo turno.

O substitutivo de Beni Veras introduz na Constituição a idade mínima para aposentadoria (60 anos para homem e 55 para mulher), tanto de servidores públicos quanto para quem contribui para



Beni: cinco dias de debate

homem que ainda não completou os 35 anos de serviço terá de trabalhar um tempo 20% a mais para pedir aposentadoria. Exemplo: o que já contribuiu por 25 anos terá de trabalhar por mais 12 anos - dois anos (20%) a mais que os 10 anos que teria de

trabalhar.

Também haverá uma fase intermediária quanto à idade mínima para quem já contribuiu para o INSS ou trabalha em serviço público. Assim, homens que já tenham contribuído o tempo mínimo (incluindo os 20% a mais) poderão se aposentar, desde que já tenham 53 anos de idade. No caso de mulheres, a idade baixa para 48 anos.

A reforma da Previdência proíbe mais de uma aposentadoria à custa de serviços públicos. E mais: aposentado que voltar a trabalhar para governos, inclusive em cargos em comissão, terá de optar pelo salário ou pela aposentadoria, exceto se for remuneração de

Servidor público só se aposentará com salário integral quando não receber mais de R\$ 1.200,00 na ativa

cargo eletivo. Não haverá mudança para os atuais aposentados do serviço público, cuja aposentadoria será reajustada na "mesma proporção" de quem continua no funcionalismo. A emenda prevê que uma lei complementar disporá sobre o regime de previdência dos militares.

De acordo com a mudança, professores que trabalham em educação infantil e no ensino fundamental e médio poderão se aposentar cinco anos antes das outras pessoas, tanto em termos de idade mínima quanto em tempo de contribuição. Atualmente, professores podem se aposentar aos 30 anos de trabalho (homem) e 25 anos (mulher).

Para quem já trabalha, a reforma da Previdência fixa uma fase intermediária. O

Sessão pública, com voto secreto, aprecia indicação de Gustavo Franco

O plenário do Senado votará nesta terça-feira a indicação do nome do economista Gustavo Franco para a presidência do Banco Central, no lugar de Gustavo Loyola. O voto dos senadores será secreto, mas a sessão estará aberta ao público. Na última quinta-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos sabatinou Gustavo Franco e aprovou a indicação feita pelo presidente da República.

Os discursos da primeira hora da sessão de amanhã serão dedicados ao Dia das Artes, a requerimento da senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Na quarta-feira, o plenário deverá votar um projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que proíbe a contratação de pessoas ou empresas para intermediação ou "assessoramento" na liberação de verbas públicas. Suplicy apresentou o pro-

jeito depois que a CPI do Orçamento (1993/94) constatou a existência de empresas especializadas em conseguir a liberação de verbas para prefeituras, recebendo para isso percentuais elevados das dotações.

Recentemente, conforme o senador, o Senado tomou conhecimento de contrato padrão de uma dessas empresas, o qual previa a cobrança de 30% da verba liberada.

Jucá elogia investigação de assassinato

O senador Romero Jucá (PFL-RR) elogiou sexta-feira o tratamento que a Polícia Federal e a Receita deram à investigação do assassinato do auditor fiscal Nestor Mendonça Leal, morto em Roraima em fevereiro deste ano, presumivelmente em consequência da austeridade fiscal que vinha introduzindo no estado.

Jucá considerou o desvendamento do crime bastante significativo para desestimular a impunidade e a ocorrência de delitos semelhantes. Referindo-se a matérias publicadas na imprensa do seu estado, o senador disse que um dos responsáveis pelo crime seria João Carlos Luiz da Silva, ex-assessor do deputado estadual "Chico Doido".

O crime só foi desvendado, conforme disse, quando o próprio deputado denunciou o ex-assessor, o que levou Jucá a observar que, agora, fica uma questão no ar: "Será que há cinco meses o deputado sabia desse crime e se calou?" Jucá salientou que é uma questão a ser respondida pela Polícia Federal e pela Justiça, e pregou a necessidade de ir-se às últimas consequências para elucidar todos os fatos.

- Por isso, faço um apelo ao presidente da Assembleia Legislativa de Roraima e ao presidente da Comissão de Ética daquela assembleia, para que investiguem, a fim de que não parem dúvidas. Não podemos baixar a cabeça diante de qualquer ato de violência - disse o senador.

Dilema entre a necessidade de crescimento do PIB para empregar mais e de manter a inflação baixa causa apreensão ao senador

Alcântara cobra política de geração de empregos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a necessidade de o governo adotar uma política ativa de geração de empregos. Ele disse que a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas e a fixação do homem no campo, por meio da reforma agrária, constituem medidas com grande impacto no combate ao desemprego.

Conforme o senador, em pesquisa realizada pelo Ibope em junho deste ano, o desemprego foi apontado por 62% dos entrevistados como o maior problema do país. Essa pesquisa indica que o índice de desemprego no Brasil alcançou em maio 6% da população economicamente ativa, crescendo 0,25% em relação ao mês anterior. Ele destacou que foram fechados 918 mil postos de trabalho no mercado formal, de julho de 1994 a março deste ano.



Alcântara: medo da volta da inflação segura crescimento do PIB

Para que os jovens possam ingressar no mercado de trabalho, na opinião de Lúcio Alcântara, o Brasil precisaria apresentar um crescimento de seu Produto Interno Bruto em torno de 6% a 7% anuais. Entretanto, observou, o PIB não pode crescer acima de 4% ao ano, sob o risco da retomada da inflação.

Ele lembrou que a solução do problema do desemprego exi-

ge ainda melhor qualificação da mão-de-obra e que a economia do país "cresça em bases sólidas e balizas modernas".

- Precisamos ir além do estágio do Plano Real, em que a estabilização da economia é o critério que se sobrepõe a todos os demais, para que a vida digna e o bem-estar de nosso povo seja realmente priorizado - assinalou.

Projeto de Hugo Napoleão sobre pagamento de férias vai à Câmara

O Senado enviou à Câmara dos Deputados sexta-feira projeto de lei do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) prevendo que a antecipação da remuneração das férias será devolvida ao empregador em dez parcelas mensais e consecutivas, a partir do mês subsequente ao do gozo das férias. O projeto foi aprovado, de forma terminativa, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e não foi oferecido recurso para sua apreciação pelo plenário.

Para Napoleão, a antecipação do pagamento das férias representa um instrumento que propicia os meios econômicos necessários para que os trabalhadores possam desfrutar de seu período de descanso. "A despeito de sua importância, o fato é que o ressarcimento dessa antecipação no mês



Napoleão: ressarcimento no mês seguinte prejudica

imediatamente posterior ao do gozo das férias vem acarretando sérias dificuldades financeiras ao trabalhador", disse o senador na justificativa da proposição.

Em seu parecer na CAS, o senador Bello Parga (PFL-MA) informou que, atualmente, o pagamento da remuneração de férias é feito de forma antecipada, até dois dias antes do início do respectivo período. "Por conseguinte, quando o trabalhador retorna

ao serviço, após os trinta dias de repouso, nada mais tem a receber, uma vez que o salário daquele mês já lhe foi antecipado, a título de férias", afirmou.

De acordo com o autor do projeto, a mudança não trará implicações econômicas desfavoráveis à empresa, visto que o pagamento será distribuído ao longo do exercício financeiro, em conformidade ao cronograma de férias do trabalhador.



Hollanda: parabéns à empresa

Hollanda lembra 39 anos da Telpe

O senador Joel de Hollanda saudou o trigésimo nono aniversário da empresa Telecomunicações de Pernambuco (Telpe), completado no dia oito de julho. Ele fez um histórico do desenvolvimento da empresa desde sua criação em 1959 e mostrou as perspectivas de progresso tecnológico que apresenta no momento.

O senador disse estar previsto para 1997 um crescimento de 54% na oferta de serviços de telecomunicações em Pernambuco. Isso significa, conforme garantiu, que o estado de Pernambuco, que tinha no final de 1996 94 mil telefones móveis, deve chegar a 218 mil no final deste ano, suprimindo a demanda estimada para o estado. "Quanto à telefonia convencional, espera-se que Pernambuco tenha, ao final de 1997, 465 mil pontos", informou o senador.

Joel de Hollanda parabenizou os diretores e funcionários da empresa por terem conseguido fazer da Telpe uma das concessionárias estaduais de telefonia mais eficientes do país. Por outro lado, ressaltou a importância da privatização da banda B da telefonia celular em São Paulo, que rendeu R\$ 2,6 bilhões ao governo, com investimentos que criarão cinco mil empregos.

Quantos empregos seriam gerados no campo com os recursos que os governos estaduais estão colocando à disposição de indústrias estrangeiras? - indaga o senador

País perde com os incentivos a montadoras, alerta João Rocha

O senador João Rocha (PFL-TO) criticou sexta-feira os incentivos fiscais oferecidos por determinados estados às montadoras de automóveis que pretendem se instalar no país. Ele observou que, além de haver outras prioridades nacionais, como a agricultura, esses recursos estão sendo concentrados nas regiões mais ricas.

Já está na hora de o Brasil parar de avocar para si uma realidade que não é sua, mas de outros países, e tratar de se concentrar na sua verdadeira vocação. Quantos empregos seriam gerados no campo com os recursos que os governos estaduais estão colocando à disposição das montadoras? - indaga o senador, acrescentando que "o



João Rocha: quem ganha é a indústria

país tem vocação para ser o celeiro do mundo".

João Rocha disse que o governo federal, "além de omitir-se na coordenação geral da política industrial para o país, iniciativa que evitaria o enfrentamento fratricida entre

os estados, engrossa, ele próprio, o cabedal de favorecimentos injustificados à indústria automobilística".

Ele entende que, ao abrir mão de uma política de desenvolvimento, o governo federal obtém como resultado a guerra fiscal entre os estados, o enfraquecimento do setor de autopeças e a falta de compromissos das montadoras na difusão de tecnologias e na geração de empregos.

João Rocha elogiou a proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador

Waldeck Ornelas (PFL-BA) que dá poderes ao Senado para estabelecer parâmetros sobre a concessão de incentivos fiscais. Atualmente, esta atribuição é do Confaz, conselho que reúne secretários estaduais de Fazenda.

A verdade é que a guerra desenfreada por investimentos travada pelos estados possibilita às empresas automobilísticas terem custo zero na instalação de suas fábricas. Além disso, os governadores não cuidam de se precaver contra a possibilidade de encerramento das atividades das empresas, garantindo os incentivos, sem exigir o compromisso de produção de uma determinada quantidade de veículos por determinado período de tempo - afirmou.

Senadores apelam pelo fim da "guerra fiscal"

Em aparte, vários senadores apoiaram o apelo de João Rocha pela superação da guerra fiscal entre os estados. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) assinalou que alguns estados com dificuldades financeiras não tiveram condições de competir com outras unidades da Federação na concessão de incentivos fiscais para a instalação de montadoras. Na opinião do

senador, o governo precisa fazer um planejamento nacional de desenvolvimento para ordenar a Federação.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) também apoiou o discurso de João Rocha e pediu um planejamento para orientar as ações do governo. "A guerra fiscal, quase suicida entre os estados, talvez possa ser corrigida com o projeto de Waldeck Ornelas. No caso

da indústria automotiva, essa guerra é extremamente preocupante", afirmou.

O senador Lauro Campos (PT-DF) também apoiou o discurso de João Rocha, destacando que o setor automotivo é uma de suas preocupações, principalmente porque o Brasil poderá estar artrando, por meio de incentivos fiscais, indústrias falidas.

O senador José Alves

(PFL-SE) disse que o planejamento estratégico do país neste momento passa a ter fundamental importância dentro de um quadro de estabilidade econômica. Na opinião do senador, não se pode permitir que se instale uma verdadeira "guerra fiscal" entre os estados com verdadeira lesão à economia e ao desenvolvimento do país.

Tebet destaca retomada de opção pela ferrovia

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou sexta-feira que o reinício das obras da Ferronorte "significa não apenas a perspectiva de concretização de um grande empreendimento, mas principalmente a retomada de uma filosofia de grande significado para o país: a da utilização das ferrovias, que, combinadas com rodovias e hidrovias, podem responder às novas e crescentes exigências de desenvolvimento do Brasil".

Ele se referia à visita do

presidente Fernando Henrique Cardoso, programada para o fim de semana passado, aos canteiros de obra da ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná, entre os municípios de Aparecida do Taboado (MS) e Santa Fé (SP), na divisa dos dois estados. Na sexta-feira, estava prevista também a presença dos governadores de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de inúmeros prefeitos da região.

Ramez Tebet explicou que a Ferronorte ligará centros

de produção agropecuária da Amazônia e do Centro-Oeste a portos do Sudeste e do Sul. A ponte a ser construída

O Brasil poderia estar muito mais desenvolvido se tivesse dado importância às ferrovias, garante senador

é elo indispensável para que a ligação se concretize. Na avaliação dele, o poder multiplicador de investimentos em ferrovias justifica o otimismo de Mato Grosso do Sul em relação à obra.

O senador entende que o país poderia estar muito mais desenvolvido se tivesse dado mais importância às ferrovias. "O Brasil precisa resgatar o setor ferroviário nacional do sucateamento em que

se encontra", afirmou, ao manifestar a esperança de que o governo central "tenha se apercebido, enfim, da importância das ferrovias para um país de dimensão continental como o nosso".

Jefferson cobra esclarecimento sobre gás natural no Amazonas

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) anunciou sexta-feira que vai propor à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura que convide o ministro de Minas e Energia e os presidentes da Eletro-norte e da Petrobrás para prestarem esclarecimentos à comissão sobre a razão pela qual ainda não foi montada uma usina destinada ao aproveitamento do gás natural existente em Urucum, no estado do Amazonas.

Ele afirmou que a população de Manaus tem sofrido com o racionamento de energia elétrica. Conforme o senador, a Eletronorte promove, no período de estiagem, cortes de energia durante duas horas, diariamente, em sistema de rodízio. Como resultado, ele citou o desconforto físico dos habitantes da cidade, a perda de bens materiais (com a queima de aparelhos eletrodomésticos provocada pelas variações de corrente) e prejuízos ao parque industrial.

Jefferson Péres disse que desde o início dos anos 80 a Petrobrás descobriu a existência de petróleo e de gás na região. O petróleo, segundo explicou, vem sendo explorado, enquanto o gás - uma reserva estimada em 50 bilhões de metros cúbicos, que poderia ser utilizada na produção de energia elétrica - está sem aproveitamento.

- O país vai investir 2 bilhões de dólares na construção de um gasoduto entre o Brasil e a Bolívia, importando gás estrangeiro, despendendo divisas, enquanto o parque gerador de Manaus queima derivados de petróleo importados e o recurso natural, o gás, continua no subsolo - protestou.

Sem a regulamentação da Lei 9.433/97, estados e municípios vêm pulverizando dinheiro que deveria ser usado tanto nas águas quanto na educação ambiental

Cabral defende proteção a recursos hídricos

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) alertou sexta-feira para a necessidade de se regulamentar imediatamente a Lei nº 9.433, de janeiro de 1997, que trata do uso de recursos hídricos, e de se instalar o Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, criando as Agências de Água.



Cabral: urgência para as Agências de Água

Para o senador, à falta dessa regulamentação, estados e municípios têm pulverizado recursos arrecadados a título de compensação financeira pelo resultado da exploração de recursos hídricos e outros, originados de royalties pagos pela hidrelétrica de Itaipu, "sem nenhum compromisso e/ou obrigação de aplicá-los em recursos hídricos ou mesmo em educação ambiental".

Conforme dados dos ministérios de Minas e Energia e de Ciência e Tecnologia, fornecidos ao senador em resposta a requerimentos de informações de sua autoria, a compensação financeira e os royalties de Itaipu renderão, em 1997,

R\$ 421 milhões 261 mil. Desse total, 90% serão distribuídos entre estados e municípios beneficiados, 2% serão destinados ao Ministério de Ciência e Tecnologia, 3,4% ao Ministério de Minas e Energia e 4,6% ao Ministério do Meio Ambiente.

Cabral solicitou o registro, nos Anais da Casa, de matéria publicada pelo jornal *Gazeta Mercantil* sobre anteprojeto que estabelece regras para a cobrança do uso da água em São Paulo, aprovado pelo Conselho Regional de Recursos Hídricos.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ser "um parceiro" de Cabral na defesa de investimentos na proteção de mananciais.

Para Alves, projeto de Sergipe deve ficar fora da reforma agrária

O senador José Alves (PFL-SE) afirmou sexta-feira que entregar o Projeto de Irrigação Jacaré-Curitiba à reforma agrária seria "jogar fora" uma grande oportunidade econômica para o estado de Sergipe e para a região Nordeste. O projeto, a ser desenvolvido em área de 4 mil hectares, destina-se à fruticultura irrigada, e para ele já foram consignados no Orçamento da União R\$ 12 milhões.

É um projeto de tecnologia avançada, já licitado e com previsão de gerar 12 mil empregos, além de renda e riqueza, e retorno dos investimentos já realizados pelo estado - informou.

José Alves estranhou que justamente quando órgãos do governo federal no setor da agricultura passaram a admitir a adoção do mo-

delo misto, de parceria de colonos experientes e iniciativa privada, o governo de Sergipe tenha-se sensibilizado a assinar protocolo de intenções para assentamento de sem-terra na área do Projeto de Irrigação Jacaré-Curitiba.

É um projeto de extrema importância para a economia sergipiana na área de irrigação, e se comprometido com fins de reforma agrária seria um verdadeiro desperdício, porque não se faz assentamento de sem-terra, com objetivo assistencial, em perímetros de irrigação, pois é uma agricultura mais especializada e mais dispendiosa que requer tecnologia, conhecimento, vocação e investimento pessoal de risco - ex-



Alves: súbito interesse do governo estadual

plicou.

O senador acrescentou ter esperanças de que o empreendimento seja retomado no sentido de sua execução original, "em função das novas medidas adotadas para a reforma agrária, onde ficou estabelecido que áreas invadidas, como foi o caso desse projeto, não serão vistas nem incluídas no programa".

Salário baixo revolta a polícia, opina Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou da tribuna que a recente crise da Polícia Militar de Minas Gerais deu-se em função dos baixos salários pagos aos membros da corporação. Para ele é preciso que o governo estadual agilize um plano de construção de casas populares para atender o contingente de cerca de 42 mil policiais.

Os policiais militares, para complementar seus salários, são obrigados a ter dois ou mais empregos, geralmente dando segurança privada a bancos, lojas e clubes ou trabalhando como taxistas - afirmou o senador, destacando que nos 200 anos de história da Polícia Militar de Minas Gerais essa foi a primeira vez



Francelino: PM até dirige táxi que a instituição se vê envolvida em episódio de tal gravidade.

Francelino Pereira lembrou que durante o período em que foi chefe do Executivo mineiro houve sempre mútuo respeito entre a instituição e o governo e ressaltou a permanente prestação de serviços da corporação para com os interesses de Minas Gerais.

Emendas do Senado foram ignoradas na Câmara, queixa-se Marina Silva

A senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou sexta-feira que as emendas apresentadas por ela e outros senadores ao projeto do Executivo que institui subsídio para a borracha natural no país tenham sido desconsideradas pela Câmara dos Deputados, apesar de aprovadas por unanimidade no Senado.

Ela reconheceu o esforço do governo para atender às reivindicações dos seringueiros, mas entende ser necessário que se tomem algumas providências para melhorar a situação desses trabalhadores. Para isso, a senadora sugere que o presidente da República promova uma discussão entre representantes do governo e seringueiros, de forma a prepa-



Marina: seringueiros nativos versus cultivados

rar a regulamentação da lei ora aprovada pelo Congresso.

Marina Silva defende a criação de uma estrutura que possibilite um custo de produção rentável nos seringueiros nativos da Amazônia, considerando que os seringueiros de cultivo são mais rentáveis e a extração da borracha é facilitada

pela uniformidade do plantio.

Em um seringa de cultivo é possível a um trabalhador cortar até mil árvores, enquanto num seringa nativo só se consegue, no maior esforço, cortar apenas 150 árvores - explicou a senadora. Ela também destacou a facilidade de transporte

com que contam os produtores de seringueiros de cultivo, mas ressaltou as vantagens dos seringueiros nativos, do ponto de vista ambiental.

Na avaliação de Marina Silva, é de fundamental importância que o seringueiro tenha pelo menos um salário mínimo de renda.

Preocupado com a possibilidade de se repetir o que aconteceu com a legislação das eleições em 1994, o senador insiste em que o Senado participe do debate

Jucá quer discutir legislação eleitoral

"Não vou abrir mão do direito de emendar a proposta de legislação para as eleições de 1998", afirmou sexta-feira o senador Romero Jucá (PFL-RR), preocupado com a possibilidade de, à semelhança do que aconteceu com a legislação referente às eleições de 1994, o Senado ser colocado à margem da discussão de matéria tão importante.

Isto porque, alertou ele, o projeto que regulamenta as eleições de 1998 ainda está tramitando na Câmara dos Deputados e deverá ser vo-

tado, pelas duas Casas do Congresso, até 2 de outubro.

Romero Jucá observou que a nova legislação eleitoral será "extremamente específica", pois regulamentará eleições em que vários candidatos disputarão no exercício de seus cargos executivos.

Para evitar que os senadores deixem de dar sua contribuição, Jucá afirmou que propôs, em reunião da Executiva do PFL, a adoção de uma fórmula que integre as opiniões dos senadores ao debate que está sendo realizado pela Câmara em torno da matéria.



Jucá propôs reunião da Executiva do PFL para avaliar a situação

Tebet acha que deputados demoram a votar a nova lei

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou sexta-feira preocupação com a demora da Câmara dos Deputados em votar a lei eleitoral que deverá regular o pleito de 1998. Ele apoiou manifestação do senador Romero Jucá (PFL-RR), que anunciou a intenção de apresentar emendas quando da tramitação da matéria no Senado e rejeitou a adoção de uma postura "meramente homologatória".

Tebet recordou o esforço que teve de fazer quando re-

latou a lei que regulou as últimas eleições municipais, em virtude do exíguo prazo que restou ao Senado para analisar e debater a matéria, após sua apreciação pela Câmara. E sugeriu, como forma de resolver o problema, que se estabeleça um prazo limite para a Câmara enviar a matéria ao Senado.

O senador lembrou que a função de legislar é do Legislativo, sendo "apenas excepcionalmente" tarefa do Judiciário a regulamentação dos processos eleitorais.



Tebet compartilha o temor do senador Romero Jucá e pede pressa à Câmara

Falta preparo a Franco para presidir BC, julga Lauro

O senador Lauro Campos (PT-DF) acusou o novo presidente do Banco Central, Gustavo Franco, de não ter "estatura para dirigir o Banco Central", em função das respostas e dos conceitos apresentados por ele quando sabinado pelos parlamentares da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, na última quinta-feira.

O parlamentar petista repudiou as "evasivas e o ataque de amnésia" do novo presidente do BC, recomen-

dando a Gustavo Franco, ao presidente Fernando Henrique Cardoso e a todo o seu ministério a leitura do livro *Amnésia Social*, de Jacob.

Segundo Campos, uma política deliberada de sobrevalorização do real frente ao dólar está inviabilizando as exportações brasileiras e quebrando muitas empresas nacionais, seja pela impossibilidade de vender para o mercado externo, seja pela concorrência desleal de importações favorecidas por um câmbio irreal ou pelo arrocho sa-



Lauro: arrocho salarial imposto aos trabalhadores

larial a que o governo submeteu os trabalhadores para tentar segurar as vendas ao exterior.

O senador atribuiu a Franco a responsabilidade pela formulação dessa estratégia econômica e considera que o presidente da República incorre em uma contradição, quando diz que a demora do Legislativo em concluir as reformas constitucionais ameaça o Plano

Real.

- De duas uma: ou o Plano Real não vai bem, ao contrário do que apregoa o presidente da República, em virtude da demora na aprovação de todas as reformas, ou então ele vai bem, como insiste FHC, e portanto essas reformas (da Previdência e administrativa) são desnecessárias - argumentou Lauro Campos.



Suplicy: inflação não é tudo

Suplicy não concorda que miséria acabou

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reconheceu sexta-feira que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso obteve alguns avanços quanto ao controle da inflação, mas disse que isso não foi suficiente para tirar o país dos assustadores índices de desigualdade social revelados por pesquisas.

- É fato concreto que houve avanço em algumas áreas, mas não o suficiente - disse o senador. Referindo-se ao pronunciamento de Fernando Henrique Cardoso no lançamento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Suplicy leu o trecho em que o presidente disse que a nação está suficientemente desenvolvida para não ter mais miséria. Mas, na opinião do senador, "é preciso ir além de discursos, e isso significa fazer mais do que o governo tem realizado".

- Para que tenhamos um Brasil sem miséria e sem desigualdades, faz-se necessário também que tenhamos um programa de renda mínima para as famílias em condições de sobrevivência - frisou.

Suplicy defendeu a necessidade de ampliação do crédito facilitado para as famílias que trabalham na terra, a fim de que a agricultura familiar não se limite à subsistência. Disse que o financiamento da pequena agricultura é uma das propostas do movimento Grito da Terra, mas ressaltou que a mais importante dessas propostas é a que aponta para a necessidade da reforma agrária.

"Esporte que apaixonou a maioria dos brasileiros tem um corpo dirigente que deixa a desejar"

Arruda pede debate sobre projeto de Pelé



Arruda destaca editorial

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse sexta-feira ter certeza de que os parlamentares não se furarão a discutir em profundidade o projeto de modificação da estrutura do futebol brasileiro, idealizado pelo ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento (Pelé).

Arruda observou ser impossível esquecer que "o esporte que apaixonou a maioria absoluta dos brasileiros possui um corpo dirigente que tem deixado a desejar, conforme os escândalos e

denúncias de malversação de recursos o demonstram".

Ele conclamou os parlamentares a aprimorarem o projeto no que for necessário, ouvindo em audiências públicas a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), atletas, clubes, dirigentes, torcidas organizadas, empresas e patrocinadores.

O senador leu na íntegra, para que conste dos Anais da Casa, editorial do jornal *O Globo* de sexta-feira, intitulado "Bom senso e boa-fé", que, segundo disse, traça "uma direção firme e segura para o debate".

Freitas busca solução para malha rodoviária no Piauí

O senador Freitas Neto (PFL-PI) voltou a pedir sexta-feira a atenção do governo federal para a preocupante situação da malha rodoviária federal no Piauí. Referindo-se à satisfação com que parlamentares de Mato Grosso do Sul estão celebrando obras do governo destinadas ao desenvolvimento do Centro-Oeste, o senador lastimou a negligência da União para com o Piauí.

- A situação é dramática e requer um tratamento especial. O estado do Piauí é credor de um melhor tratamento por parte do poder público - disse.

Freitas Neto reconheceu que a precariedade da rede rodoviária é um problema de todo o país, mas frisou que a questão se

agrava no Piauí, onde as estradas estão praticamente intransitáveis. Lembrou que, desde que chegou ao Senado, já insistiu várias vezes nesse assunto, inquieto com as consequências que o fato traz à economia piauiense, e que toda a bancada do estado nas duas Casas do Congresso "martela nesse assunto", sem nada obter até agora.

O senador informou que representantes da Assembléa

Legislativa do Piauí, junto com a bancada federal, estiveram numa audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, fazendo um relato da situação. O resultado, conforme disse, foi a aplicação pelo Ministério dos Transportes de R\$ 8 milhões nas rodovias que cortam o estado, recursos que, acentuou, só serviram para tapar buracos, sem resolver o problema.



Segundo Freitas Neto, situação das estradas é dramática e requer um tratamento especial

Benedita: economista tem vida dedicada à luta em favor da democracia e da liberdade



Benedita aplaude Celso Furtado na ABL

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) destacou a escolha do economista Celso Furtado para ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Ela destacou que esse intelectual possui "uma história impecável de uma vida e uma obra dedicadas inteiramente à luta em favor da democracia, da liberdade, da soberania brasileira, da cultura e da justiça social".

- Celso Furtado, mesmo exilado por tantos anos, soube

conquistar o espaço reservado aos que não se deixam abater pelos grandes desafios impostos, aos que entendem a batalha pelos ideais como o próprio combustível que move o mundo, aos que respondem com otimismo e força frente às dificuldades advindas - afirmou.

Benedita congratulou os membros da ABL pela escolha do economista para "fazer parte do seletivo grupo de imortais do nosso país".

Amin quer ampliar o Crédito Educativo

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou que o Crédito Educativo, para se tornar um efetivo programa do governo federal, precisa ser operado de forma sistemática, com recursos específicos, calendário fixo e critérios transparentes para seleção de candidatos. Ele também defendeu a necessidade de serem realizados estudos visando reduzir os custos de financiamento desse programa.

- O problema maior deriva do fato de o programa, até hoje, não ter conseguido ultrapassar a fase de campanha, de modo que, a cada ano ou semestre, paira sempre a dúvida quanto à sua continuidade, ao montante de recursos disponíveis e ao calendário. É uma situação inaceitável, que deixa milhares de alunos numa angustiante incerteza e instituições de ensino superior conveniadas na iminência de ver seu orçamento comprometido pelo repasse intertemporário dos



Amin: crédito é indispensável recursos - advertiu.

Amin acentuou que "o Crédito Educativo é fundamental e indispensável, pois, como o governo federal não possui recursos para ampliar a rede de escolas superiores, resta à iniciativa privada ocupar esse espaço". Na sua opinião, embora seja bastante expressiva a quantidade de estudantes atendidos até o momento pelo Crédito Educativo - algo em torno de 900 mil -, esse número é "acanhado em comparação com a demanda".